

A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CONFLITO/CONSENSO ESTADO-SOCIEDADE CIVIL: A LUTA DO MST POR EDUCAÇÃO E PELA GESTÃO SOCIAL DA ESCOLA ¹

Adilene Gonçalves Quaresma

UNA - FACSAL²

RESUMO

O artigo apresenta reflexões sobre o processo de luta do MST pela gestão social da escola no contexto de conflitos/consensos Estado-Sociedade Civil e toma por referência pesquisa bibliográfica e empírica realizada no Doutorado, concluído em fevereiro de 2011, sobre a relação trabalho-educação no Projeto Político-Pedagógico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em escolas de assentamentos de Minas Gerais. O quadro teórico compreende as discussões de ARAÚJO; CASTRO (2011); CARVALHO (2009); CUNHA (2009); GRAMSCI (1968), MAIA (2005), NOGUEIRA (2003) e OLIVEIRA (2009). A abordagem compreende os seguintes tópicos: a introdução apresenta alguns pressupostos que orientam a discussão da temática, o objetivo e estrutura do texto; a primeira parte apresenta a gestão da educação no novo modelo gerencial do Estado Brasileiro; a segunda discute a gestão social no contexto do conflito/consenso Estado-Sociedade Civil e os princípios filosóficos e pedagógicos do projeto de educação do MST que convergem na perspectiva da gestão social da educação; nas considerações finais são apresentadas algumas questões que requerem um debate aprofundado, tendo em vista, avançar na construção da gestão social da educação que de fato atenda aos interesses dos

¹ Este texto toma por referência a tese de Doutorado, defendida em fevereiro de 2011, no programa de pós-graduação da FAE/UFMG, cujo título é: A relação trabalho-educação e o projeto político-pedagógico do MST: uma prática em construção em escolas de assentamentos em Minas Gerais.

² Doutora em Educação pela UFMG e professora no Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local e no curso de Pedagogia do Centro Universitário UNA e no curso de Pedagogia da Faculdade da Cidade de Santa Luzia-FACSAL.

trabalhadores do campo e da cidade. Conclui-se que existem dois projetos de gestão da educação em disputa, um no campo da gestão gerencial a favor do mercado e outro no campo da gestão social a favor da sociedade, havendo a necessidade dos movimentos sociais do campo aprofundarem o debate em torno da reflexão e apropriação de mecanismos de gestão social da escola compatíveis com seus interesses.

Palavras-chave: Políticas Educacionais; MST; Educação do Campo; Estado-Sociedade Civil, Gestão Social.

Introdução

A educação do campo como a educação em geral, configura-se como direito e como política pública do Estado brasileiro. Como política pública e como necessidade social a ser concretizada, insere-se no contexto de conflitos/consensos Estado-Sociedade Civil, que decorre do modelo flexível de produção.

Esse contexto de conflitos/consensos compreende diversos atores e concepções diferenciadas em relação à educação do campo. Dois aspectos têm se destacado como divergentes, são eles a concepção e a gestão da educação do campo.

O MST tem sido um dos movimentos sociais do campo que tem se posicionado na teoria e na prática de forma contrária às orientações oficiais para a educação do campo. Ao apresentar a necessidade da luta por escola e de uma educação que difere radicalmente em seus princípios filosóficos e pedagógicos da escola estatal, o MST denuncia que o direito à escola não é cumprido, como também que a escola e educação oferecidas pelo poder público, não atendem aos interesses do trabalhador do campo, apesar de manter a necessidade de ocupá-la.

Este texto tem por referência pesquisa realizada no Doutorado, concluído em fevereiro de 2011, no Programa de pós-graduação em educação da FAE/UFMG, cujo objetivo foi analisar a pedagogia da relação trabalho-educação no Projeto Político-Pedagógico do MST em escolas de assentamento em Minas Gerais. Nesse sentido, ao buscar identificar a pedagogia dessa relação esbarra-se com uma dificuldade, ou seja, a do Movimento de querer construir e gerir uma escola totalmente diferente das orientações oficiais, mas dentro dessa estrutura oficial.

O objetivo do texto é apresentar algumas reflexões sobre o processo de luta do MST pela gestão social da escola no contexto de conflitos/consensos Estado-Sociedade

Civil em torno das políticas educacionais e estrutura-se da seguinte forma: a introdução apresenta alguns pressupostos que orientam a discussão da temática, o objetivo e estrutura do texto; a primeira parte apresenta a gestão da educação no novo modelo gerencial do Estado Brasileiro; a segunda discute a gestão social no contexto do conflito/consenso Estado-Sociedade Civil e os princípios filosóficos e pedagógicos do projeto de educação do MST que convergem na perspectiva da gestão social da educação; nas considerações finais são apresentadas algumas questões que requerem um debate aprofundado, tendo em vista, avançar na construção de gestão social da educação que de fato atenda aos interesses dos trabalhadores do campo e da cidade.

A gestão da educação no novo modelo gerencial do Estado Brasileiro

As políticas públicas para a educação brasileira se integram ao processo de reformas educacionais imposto pelo novo modelo de produção flexível. Em substituição ao taylorismo/fordismo, a produção flexível compreende, em linhas gerais, segundo Carvalho (2009, p.1141) citando Sennett (2000), três aspectos estruturais e organizacionais na moderna forma de flexibilidade dos processos de trabalho: a especialização flexível da produção, a reinvenção descontínua das instituições e a concentração do poder sem centralização. Estes três aspectos vão promover mudanças significativas no Estado e na sua forma de gerenciar suas atividades, sendo que para Carvalho (2009, p. 1145)

Nessa reforma, na perspectiva de seus proponentes, o Estado deve responder com maior rapidez e eficiência às constantes mutações do mercado global e às demandas sociais, exercer um papel mais decisivo na reestruturação produtiva e diversificar as fontes de financiamento. Vê-se na reforma a possibilidade de se flexibilizar a ação estatal e de se liberar a economia, conduzindo-a a um novo ciclo de crescimento econômico e, ao mesmo tempo, proporcionar ao Estado maior governabilidade. Em face disso, o problema da eficácia administrativa torna-se questão central nos debates e nas reformas políticas dos anos de 1990, em meio aos quais o novo modelo de gestão pública que se apresenta é o gerencial.

A linha mestra nessa nova fase é a diminuição das suas funções adotando a privatização, a terceirização e a “publicização”, que compreende a transferência para o setor público não-estatal de funções antes prestadas pelo setor estatal; diminuição da

regulação do mercado e o aumento da governabilidade do Estado, apoiada na existência de instituições políticas que garantem a intermediação de interesses, legitimando os governos e aperfeiçoando a democracia, abrindo espaço para o controle social ou democracia direta. (PEREIRA, 1997 apud CARVALHO, 2009)

Carvalho (2009) apresenta 16 estratégias do modelo gerencial adotado pelo Estado e diz que com esse modelo gerencial, o Estado de investidor passa a ser o mantenedor, assumindo a função de regulador e facilitador da iniciativa privada, o que exige sua responsabilidade direta de produzir e fornecer bens ou serviços. Passa de executor direto para árbitro, consistindo sua intervenção em redistribuir ou realocar recursos, introduzir regras para orientar as relações entre os prestadores públicos e privados, em avaliar previamente necessidades e recursos disponíveis, em definir antecipadamente metas e posteriormente monitorar sua realização, separando a função de governar e a de executar.

Esse modelo gerencial é utilizado na gestão das políticas públicas em geral e da educação, tendo em vista adequá-la ao novo modo de produção flexível. Sendo assim, a gestão educacional passa a ser evidenciada, pois esta constitui-se como uma estratégia de sustentação da reforma, fundamental para o sucesso da aprendizagem e a melhoria da qualidade da educação, adequando-a às novas exigências do capital. (ARAÚJO;CASTRO, 2011)

Outro aspecto a ser considerado é que além de orientar a educação para a adequação da força de trabalho ao modelo flexível de produção, segundo Oliveira (2009, p.25), “a educação é dirigida à formação de força de trabalho e concomitantemente a escola atua como agência de assistência social.” É em meio a essa duplicidade de funções que os embates, conflitos e consensos têm sido construídos ou não.

Nesse sentido, diversas questões se colocam, por exemplo: Qual é então o resultado desse modelo gerencial para a Educação do Campo? Como no interior da sociedade e da escola estas políticas se configuram? Que dificuldades e avanços se colocam? Qual é o modelo de educação do campo que tem prevalecido? Qual o poder de ação dos movimentos sociais na gestão dessa educação? O que tem sido possível construir nesse espaço de disputa no qual tem se constituído a educação pública?

O conflito/consenso Estado-Sociedade Civil e a gestão social como perspectiva

Quanto ao entendimento contemporâneo de sociedade civil, a ideia básica é de que esta (como em Gramsci) se distingue das esferas do Estado e da economia, buscando assim evitar o liberalismo, no qual a integração social se concentra no mercado, e o estatismo, que coloca a sociedade civil subsumida no Estado (como nos países socialistas). O que não quer dizer que “distinção” significa separação, ou seja, a sociedade civil não está “apartada” do Estado.

Para Nogueira (2003), em Gramsci, “luta social e luta institucional caminham juntas, articulando-se a partir de uma estratégia de poder e hegemonia”, ou seja, “como conteúdo ético do Estado”, a sociedade civil é considerada um espaço no qual são elaborados e viabilizados projetos globais de sociedade, se articulam capacidades de direção ético-política e se disputa o poder de dominação. Porém, tomando por referência a política neoliberal, apoiada no modelo flexível de produção e a realidade da sociedade brasileira a partir de 1990, verifica-se um processo de ruptura da sociedade civil com o Estado, contrário, a princípio, à tese gramsciana de que a sociedade civil constitui-se como “parte orgânica do Estado”. Assim, segundo Nogueira (2003), as correntes mais recentes tendem a tratar a

Sociedade civil como uma instância separada do Estado e da economia, um reino à parte, potencialmente criativo e contestador, visto ora como base operacional de iniciativas e movimentos não-comprometidos com as instituições políticas e as organizações de classe, ora como espaço articulado pelas dinâmicas da “esfera pública” e da “ação comunicativa”. (HABERMAS, 1997^a e 1997b) (NOGUEIRA, 2003, p.2)

Mas o conceito gramsciano de sociedade civil não é hegemônico hoje. Em diálogo com Gramsci e apresentando novos elementos para classificar as tendências de abordagem da sociedade civil atualmente existentes, Nogueira (2003), apresenta dois conceitos distintos: Sociedade Civil Liberista e Sociedade Civil Social.

A Sociedade Civil Liberista compreende o mercado no comando, em que a luta social se faz em termos de competição e privadamente, sem interferência pública ou estatal. A sua relação com o Estado é de eventuais alianças ou combinações. Nessa concepção, a “sociedade civil é vista como um “setor público não-estatal”, palco de

organizações que são “públicas” porque estão voltadas para o interesse geral, mas que são “não-estatais” porque estão soltas do aparelho de Estado. A disputa nesta sociedade não é pela hegemonia, mas por atuação em busca de vantagens ou por extração de maiores dividendos para si.

A concepção de sociedade civil que Nogueira (2003, p.6) classifica como liberista é representada pelo chamado “Terceiro Setor”, composto por “um vasto conjunto de organizações sociais voltadas para o atendimento de necessidades e carências de certos segmentos da população e unida por uma mesma legislação reguladora”. Em termos de polarização e contraposição ao Estado, nessa noção de sociedade civil liberista, a sociedade civil limita-se a “ferir”, “cutucar” os governos em alguns pontos, mas não o suficiente para desestruturá-los, pois são, muitas vezes manipulados por eles. Para Nogueira (2003):

Em sua configuração de típico-ideal, essa sociedade civil produz incentivos basicamente competitivos: re-fragmentação, fechamento corporativo dos interesses, despolitização. Nela tendem a se articular movimentos direcionados para valorizar interesses particulares, atender demandas, fiscalizar governos, desconstruir e desresponsabilizar o Estado, enfraquecer ou desativar dispositivos de regulação. (NOGUEIRA, 2003, p.7)

A concepção de Sociedade Civil Social, por sua vez, situa-se além da sociedade política, do Estado e do mercado. Compreende políticas étnicas, religiosas, culturais, de gênero e processa-se em movimentação permanente, com autonomia e luta por aquisição de direitos e contestação ao sistema.

A sociedade civil sustenta-se, assim, sobre uma concepção dicotômica: nela estariam o universalismo, a ética, o diálogo, ao passo que no político estariam o particularismo, a força, a corrupção. Sua teoria trabalha com um construto formal de um modelo carregado de preferências valorativas, a partir dos quais se julga a integridade moral e a estatura política dos atores. Nessa concepção, portanto, a sociedade civil é um espaço situado além da sociedade política, do Estado e do mercado. Um espaço de onde se busca extrair dos governos, elementos para restringir o mercado e liberar energias societais autônomas. Nele, age-se para contestar o poder e o sistema, mas não para articular capacidades de direção ético-política ou fundar novos Estados. (NOGUEIRA, 2003, p.8)

Na sociedade civil social, existiria um espaço maior para questionamento e contestação do Estado e do mercado, ao contrário da sociedade civil liberista, que funciona como substituta do Estado naquilo que este não faz e em articulação com o mercado.

Mesmo com algumas diferenças, a sociedade civil liberista e a sociedade civil social sustentam-se sobre uma valorização da sociedade civil em si, ou seja, uma esfera própria, autônoma diante do Estado, a ele oposta; uma instância homogênea e integrada por intenções comuns, que se comporiam espontaneamente. Porém, para Nogueira (2003), passa-se uma ideia de sociedade civil vazia de tensões, disputas e contradições, que “luta”, mas não está atravessada por lutas, por exemplo, “luta de classes”, não se estruturando como campo de ações para organizar hegemonias. O que se verifica, portanto, é uma sociedade civil dispersa em suas ações, despolarizada em suas lutas, com raras exceções, e sem poder de intervenção tanto no Estado como no mercado. O campo de lutas estaria assim composto: Estado x mercado x sociedade civil (liberista e social).

É no contexto do surgimento do “Terceiro Setor” ou “Sociedade Civil Liberista”, segundo Nogueira (2003)³, que a gestão do social no desenvolvimento do capital chega ao Brasil na década de 1990. Segundo Maia (2005)

A gestão do social no desenvolvimento do capital é introduzida especialmente através do denominado terceiro setor, que chega ao Brasil e demais países da América Latina na década de 1990, por influência americana e européia (Landim, 1999). Apesar das diferenças destas origens, o terceiro setor acaba constituindo-se, no nosso país, em “espaço” de disseminação dos valores e práticas neoliberais (Montaño, 2002) desenvolvidas junto às organizações sociais da sociedade civil, ampliadas com a presença de fundações e empresas filantrópicas advindas do campo do mercado. (MAIA, 2005, p. 3)

Porém, conforme já apresentado anteriormente, a presença do Terceiro Setor, se deve a diminuição da presença do Estado nas políticas públicas, bem como ao modelo gerencial adotado. Nesse sentido, segundo Maia (2005, p. 5) “justificamos a nomeação de “gestão contra o social”, aos processos de gestão no campo social, implementados a partir dos valores e propósitos do capital”, uma vez que esta gestão social se faz no

³ É importante esclarecer que, tendo em vista, os conceitos de Sociedade Civil Liberista e Sociedade Civil Social, bem como a identificação do “Terceiro Setor” com Sociedade Civil Liberista, de acordo Nogueira (2003), desfaz-se a ideia de que Sociedade Civil e Terceiro Setor são sinônimos, conforme aponta Maia (2005).

sentido do desenvolvimento do capital e no contexto da desresponsabilização do Estado pelas políticas sociais, o que se configura e uma gestão contrária aos interesses sociais. Mas o que seria então uma gestão social a favor dos interesses sociais?

Tomando por referência Maia (2005), que a partir do Quadro: Gestão Social em Construção, elaborado com base na análise de conceitos de gestão social de diferentes autores e uma categorização que compreende aspectos como: valores, propósitos, focos, locos, agentes e metodologia, apresentam-se a seguir, o que se apreende em relação à proposta de educação para o MST, indicando que aspectos esta compreendem no sentido de preparação para a da gestão social a favor do social no que diz respeito à educação.

Sendo assim, na análise de Maia (2005), tem-se o seguinte: os valores fundantes são democracia e cidadania; os propósitos são 3: aqueles voltados às ações (gerenciais, sociais políticas), aqueles voltados aos processos sociais (conjunto de ações, desenvolvimento social) e aqueles voltados para o desenvolvimento social (afirmação, transformação); quanto ao foco, são: administração, economia, ciências políticas e sociais; quanto ao locos: organizações, tanto do Estado, quanto do mercado e da sociedade Civil; os agentes são: estão nas diversas instâncias do Estado, do mercado e da sociedade civil; em relação à metodologia, o processo social.

Nesse sentido, estabelecendo relação com o que Maia (2005) apresenta sobre o que seriam os aspectos da “gestão social a favor do social”, no caso do MST, considera-se que os princípios filosóficos e pedagógicos do seu projeto de educação, apresentados no Dossiê MST Escola: Documentos e Estudos 1990-2001, convergem para a gestão social. Quanto aos princípios filosóficos, são eles: 1) Educação para a transformação social, assumindo o caráter político do processo educativo que se vincula organicamente aos processos sociais que para além da conquista da terra, visando à transformação da sociedade atual e à construção de uma sociedade com justiça social, democrática e apoiada em valores humanistas e socialistas; 2) Educação para o trabalho e cooperação, considerando a cooperação como elemento estratégico para uma educação que vise a novas relações sociais e a uma organização coletiva do trabalho; 3) Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana, compreendendo o caráter omnilateral do homem e, conseqüentemente, da sua educação que deve integrar todas as esferas da vida humana, como por exemplo: a organizativa, a formação político-ideológica, a tecno-profissional, a formação do caráter e dos valores, a cultura e estética e a formação afetiva; 4) Educação com/para valores humanistas, considerando os valores que

colocam no centro do processo de transformação a pessoa humana e sua liberdade; 5) Educação como processo permanente de formação e transformação humana, ou seja, como um processo constante e contínuo na vida do homem.

Quanto aos princípios pedagógicos, que convergem para a preparação dos sujeitos tendo em vista a “gestão social a favor do social”, dos 13 apresentados, ressalta-se os seguintes: princípio 9) Gestão democrática; princípio 10) Auto-organização dos/das estudantes; princípio 11) Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores/educadoras. Além da constituição, em cada assentamento, de coletivos compreendidos em associações dos assentados que devem participar da gestão da escola e do princípio gramsciano orientador da formação dos trabalhadores sem terra no MST de que a educação além de propiciar a formação de seres humanos com condições de controlar quem dirige, deve promover a formação de dirigentes. (GRAMSCI, 1968).

Sendo assim, no que tange aos propósitos, os do MST, são ações sociais públicas, os processos sociais são um conjunto de ações que visam o desenvolvimento social, compreendido na perspectiva da afirmação dos sujeitos e para a transformação, uma vez que, segundo Nogueira (2003), o MST, está inserido no que este autor denomina de “Sociedade Civil Social”; quanto ao foco do MST, pode-se dizer que atua tendo em vista todos os focos apontados por Maia (2005), quanto ao locos e agentes, constitui-se como organização social da sociedade civil, cujos agentes são todos os militantes, sem distinção hierárquica quanto às funções ou graus de escolaridade e quanto à metodologia, também compreende o processo social na perspectiva indicada por Souza (2004 apud Maia, 2005, p.15)

O processo que se expressa através da conscientização, organização e capacitação contínua e crescente da população ante a sua realidade social concreta. Como tal é um processo que se desenvolve a partir do confronto de interesses presentes a esta realidade e cujo objetivo é a sua ampliação enquanto processo social (Souza, 2004, p. 84).

É, portanto, a partir desses princípios filosóficos e pedagógicos que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST compreende que a educação é importante no processo de luta pela Reforma Agrária e defende a escola pública estatal, porém com gestão administrativa e pedagógica do Movimento, pois acredita que só assim é possível construir uma escola de e para os trabalhadores do campo. O modelo

de gestão defendido pelo MST opõe-se ao modelo gerencial estatal e orienta-se no sentido da gestão social da educação.

Mas para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, apesar de reivindicar do Estado a construção de escolas nos assentamentos, não reconhece a escola oferecida pelo Estado como uma escola que atende aos interesses dos trabalhadores do campo. Além do conteúdo da escola não ser favorável aos trabalhadores do campo, a gestão gerencial também é questionada pelos militantes do Movimento. Esta foi, portanto, a primeira dificuldade percebida nas entrevistas durante a pesquisa, ou seja, segundo uma professora assentada:

Na verdade, conseguir, pra gente foi uma vitória conseguir legalizar a escola dentro desse padrão social aí, oficial e por outro lado a gente, na verdade (...) perdeu um pouco enquanto educador, enquanto direção da escola, (...) perdeu um pouco da identidade da própria história, de quem realmente construiu a escola, se foi o Estado ou se foram os Sem Terra do assentamento. E aí a gente perdeu um pouco essa autonomia também de brigar com a superintendência, de bater mesmo contra o Estado no sentido de construção desse projeto. (...). E aí, no caso, nós tivemos uma vitória, mas ao mesmo tempo uma vitória de construir uma escola pelo MST, uma história de muita luta, de muita conquista mesmo, a gente conseguiu a escola e que hoje, (...) ela se encontra na situação de ser do estado e ser mantida pelo estado, pelo ao menos teoricamente por que quando a gente vai para a prática a gente percebe que a escola, os próprios educadores aqui têm essa consciência de que a escola ela é realmente, foi realmente construída pelos assentados, pelo movimento Sem Terra, mas teoricamente ela se adapta a outros padrões. Tá, mas e aí, como é que a gente vai seguir a linha do MST sendo que quem paga a gente é o Estado? Quem dá as regras ali é o Estado? Se nós vamos para a linha do MST, nós somos demitidos, então como é que fica isso? E aí vem a questão dos vários pacotes, a escola, ela já vem com um padrão, com um cronograma do que ensinar para os alunos. Hoje você vê de 1ª a 4ª e de 5ª a 8ª já tem o quê que é para discutir, para dar na sala de aula, o 7 de setembro por exemplo. Então, assim a gente não tem essa questão da abertura para discutir, para dialogar até mesmo pela própria rejeição dos próprios funcionários: “Tá nós vamos seguir isso aqui, mas e depois? Se nós não seguirmos isso que o Estado deliberou nesse projeto? Então, é muito complicado. (Professora do 2º ano do Ensino Fundamental) ⁴

A primeira questão que a professora levanta diz respeito ao processo de luta/construção da escola pelo Movimento x o processo de financiamento/gestão da escola pelo Estado. Se em um primeiro momento, como bandeira do MST, construir

⁴ Entrevista concedida à pesquisadora no dia 04 de setembro de 2009.

escolas nos assentamentos e obrigar o Estado⁵ a financiá-las e geri-las constitui-se na concretização do direito garantido em lei para os trabalhadores do campo, em um segundo momento a questão que se coloca é “de quem é a escola” no que se refere ao Projeto Político-Pedagógico que se implementa, ou seja, a quem concretamente a escola atende? O que se ensina? Como se ensina? Quem toma as decisões? Quem participa das decisões? A escola deve atender os direitos e necessidades dos trabalhadores do campo, da Sociedade Civil ou do Estado? Mas o Estado não representa os direitos da Sociedade Civil? Qual é a relação Estado- Sociedade Civil e Movimentos Sociais do campo no que diz respeito às discussões sobre a educação? Qual é o papel de cada ator social na condução e concretização da educação do campo? Se a gestão praticada pelo Estado é uma gestão gerencial, como contrapor este modelo?

Outra questão é o poder que o Estado opera uma vez que é ele que paga. A menção à fala dos educadores: “Tá, mas e aí, como é que a gente vai seguir a linha do MST sendo que quem paga a gente é o Estado?”, leva às seguintes questões: o poder de controlar político, administrativo e pedagogicamente do Estado se mantém com base no fato de ser ele que paga ou outros elementos entram nesse processo? Mas o dinheiro que o Estado utiliza para pagar é dos contribuintes! Qual tem sido o poder de definir o que e como gastar os recursos financeiros que chegam à escola? O uso do recurso financeiro não exime da responsabilidade político-social e pedagógica com uma educação de/para a classe trabalhadora! O fato de ter o controle financeiro e administrativo não dá poder total, em se tratando da escola pública, ao Estado. A Constituição Federal de 1988 e posteriormente a LDBEN 9394/96⁶ garantem a autonomia das escolas na gestão administrativa, financeira e pedagógica, mas não existe autonomia total do Estado e nem autonomia total da escola. Como construir então uma gestão educacional e escolar que avancem no sentido de ampliar a participação da comunidade, mas fazendo a integração da comunidade com os gestores da escola e do Estado? Qual a legitimidade do Estado hoje para gerir financeiramente, administrativamente e pedagogicamente a escola garantindo-lhe um sentido público e não apenas estatal? A comunidade tem condições de concretizar uma gestão comunitária que melhore a qualidade da escola?

⁵ Utiliza-se o termo Estado em referência à instituição/poder representado pelos governos em âmbito municipal, estadual ou federal. Importante, também, fazer aqui referência ao debate atual sobre a relação Estado/sociedade civil, bem como à discussão atual sobre os conceitos de Estado, Sociedade Civil, Público e Privado. Nesse sentido ver: COSTA (1994); FONSECA (2006); LAUREANO (2007); NOGUEIRA(2003); RAMOS (2005); SOARES(2000) e SEMERARO (1999).

⁶ Ver Paro (1997)

Os professores têm clareza sobre que projeto de sociedade e de educação querem ou estão concretizando? A escola deveria ser pública e não estatal?

Outro problema é em relação ao currículo e à concepção de educação e de ser humano a ser formado. Segundo outra educadora:

Eu vejo como uma das grandes dificuldades, a cobrança do Estado nesta questão da globalização, da globalidade, é descritores para lá é descritores para cá e a gente acaba tendo necessidade de agarrar muito nesse, nisso do menino ter que ler escrever, interpretar e para trabalhar dentro desse contexto mais integrador, às vezes a gente vê a necessidade de trabalhar com eles, mesmo de forma muito mais dialogada, de forma muito mais de reflexão e que levaria um tempo muito maior, entendeu? Do que assim, eles também não estão desgarrados de tudo que a sociedade vive e às vezes a gente vê uma dificuldade muito grande das crianças de separar isso, na mesma hora que ela já deu uma ideia para a gente que ela já tem uma concepção, da própria identidade dela de Sem Terrinha e tal, às vezes parece uma coisa muito consolidada, mas a gente vê que isso precisa ser muito mais cultivado, que não é uma questão que já está definida (...) e aí eu penso que é um trabalho mais lento e a gente tem uma cobrança de resultados, não do resultado humano, mas um resultado de aprendizagem mesmo, de conteúdo e em um tempo curto e aí eu vivo uma situação assim, que a gente tem que começar do começo mesmo para conseguir ter um avanço maior, aí eu acho que isso é uma dificuldade e outra está na concepção mesmo, em um todo, nem todos os educadores compreendem o que é a instituição, qual que é o poder da escola, para muitos isso se resume no ler e escrever e não que a escola é um espaço de formar sujeitos também, escola, família e eu acho que falta isso por parte de muitos educadores dentro desta escola. (Educadora do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental)⁷

A dificuldade apontada aqui remete ao conflito entre o Projeto Político-Pedagógico do MST e do Estado, especificamente em relação ao currículo. Ela critica o fato de que as Diretrizes Curriculares da Secretaria de Estado da Educação se orientam em torno do domínio de capacidades, a partir dos Descritores, que não se apóiam em uma concepção de Formação Humana Integrada, que objetiva, também, uma formação política e cidadã. Nesse processo educativo, que não integra as diversas dimensões da formação humana, o currículo fica desarticulado e parece não se atingir nem uma coisa nem outra, ou seja, nem aquisição de capacidades, nem formação humana. A forma como o estado apresenta e cobra o desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico,

⁷ Entrevista concedida à pesquisadora no dia 11 de setembro de 2009.

bem como da proposta curricular e metodológica, enfim, a organização do trabalho pedagógico da escola como um todo, acaba apresentando obstáculos para a articulação com os princípios filosóficos e pedagógicos da educação do MST.

Na pesquisa realizada, outro problema identificado foi a desarticulação da comunidade dos assentamentos para participar da gestão da escola, ou seja, qual a capacidade das comunidades para gerirem e/ou acompanharem a gestão praticada pelo poder público e pelos gestores escolares?

É esse processo que o MST vem tentando construir e é por isso que disputa no interior da escola estatal pública a construção do seu projeto político-pedagógico no sentido de concretizar um movimento de continuidade-ruptura e de forçar a construção de um Estado no sentido gramsciano. Lutas estas que precisam ser assumidas pelo conjunto da sociedade civil, seja ela liberista ou social, bem como a necessidade de entender e lutar contra os sentidos do modelo gerencial adotado atualmente pelo Estado brasileiro. Segundo Araújo; Castro (2011, p. 92),

As estratégias para nova gestão pública inauguram através do empoderamento, da responsabilização e da descentralização, um (neo) taylorismo (ABRUCIO, 1997; DE ROSSI, 2004), a partir do momento em que distribui tarefas e delega poder de decisão em níveis inferiores da escala organizacional. No caso da escola, aos próprios agentes do processo de trabalho, e não somente aos supervisores do tempo e da produtividade, como acontecia no modelo de produção taylorista/fordista. Nessa acepção, as pessoas passam a ser responsáveis diretamente por suas decisões no interior da escola, pelo seu sucesso ou pelo seu fracasso.

Porém, segundo estas mesmas autoras, a transferência de algumas responsabilidades do Estado para a sociedade civil não se fez acompanhar de uma destinação de recursos suficientes e de apoio técnico administrativo e pedagógico que permita criar escolas autônomas e efetivas e, citando Cabral Neto; Castro (2007), diz que segundo estes autores, esse novo modelo de gestão subtrai o sentido político dos termos autonomia, descentralização e participação, ou seja, estes termos são valorizados, mas no âmbito dos interesses de um Estado que reforma e administra o capital. Segundo Oliveira (2009):

Dessa maneira, a ação pública implementada de forma descentralizada, envolvendo diferentes atores da sociedade civil, pode levar a uma complexificação do processo de execução que, em última instância, pode significar a perda de garantia de critérios de formas de gestão que sejam de fato públicos, no sentido que expressem os interesses mais amplos e se constituam como um bem comum. A ação pública, à medida que é descentralizada para o nível local e envolve atores de fora do Estado na sua consecução, pode se traduzir em particularismo e resultar em que seja ela mesma cada vez menos estatal e cada vez menos pública. (OLIVEIRA, 2009, p. 29)

Permitindo-me dialogar com esta autora, pergunto: Qual seria o outro caminho se a opção do governo federal foi as reformas e não mudanças estruturais ou como diz Cunha (2009), adotou o “presidencialismo de coalizão.”? Considerando a diversidade de atores e de demandas em torno da educação atualmente, ainda é pertinente que o Estado sozinho faça a gestão administrativa e pedagógica da escola? Será que ao mesmo não bastaria o financiamento, deixando para a sociedade a gestão administrativa e pedagógica? O risco do particularismo existe, mas a ditadura disfarçada em governança e regulação social do novo modelo gerencial estatal que atende aos interesses do modelo de acumulação flexível não é pior? Será que essa multiplicidade de atores e projetos em disputa, não abre caminho para que a escola seja menos estatal e mais pública? Será que nesse exercício de construção, envolvendo atores diversos, mesmo com conflitos/consensos, não sobrarão dividendos para aqueles que atuam no campo da sociedade civil social e da “gestão social a favor do social” como acumulação de forças para uma ruptura mais significativa com o modelo de acumulação flexível?

Considerações Finais

O presente artigo tentou apresentar o sentido que o MST tem dado à luta pela escola pública, considerando o aspecto da gestão educacional no contexto das políticas educacionais em curso na relação conflito/consenso Estado-Sociedade Civil.

Tendo em vista a complexidade dessa relação, foram apresentadas problematizações e questões que procuram aprofundar o debate em torno da gestão da educação que o Movimento vem propondo e praticando⁸, apesar das dificuldades. Porém, acredita-se que a proposta de gestão administrativa e pedagógica que o MST

⁸ Ver por exemplo a experiência do Instituto Josué de Castro em Veranópolis-RS.

apresenta para as escolas públicas estatais em construção nos assentamentos é pertinente, apesar das dificuldades encontradas na pesquisa e aquelas apontadas pelos teóricos aos quais se fez referência neste texto e caminham no sentido de uma gestão social da escola, na qual os princípios eleitos pelo Movimento são aspectos centrais, ou seja: transformação social, justiça social, cooperação, coletividade, auto-organização, omnilateralidade do ser humano, liberdade.

A compreensão da complexidade e das contradições que a luta pela terra e por justiça social impõe, leva o MST a estratégia de continuidade-ruptura uma vez que adota a seguinte forma: o Estado continua financiando e construindo escolas, mas a gestão administrativa e pedagógica está sendo disputada pelo movimento no interior da escola e, também, dos órgãos de gestão das políticas educacionais. Isso pode ser menos pior do que uma escola controlada totalmente por um Estado que defende os interesses do capital.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Suêldes de; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Gestão educativa gerencial: superação do modelo burocrático? *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 70, p. 81-106, jan./mar. 2011. Disponível em www.scielo.br. Acesso em 29.12.2011

CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de. Reestruturação produtiva, reforma administrativa do estado e gestão da educação. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 30, n. 109, p. 1139-1166, set./dez. 2009 1139 - Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 29.12.2011

CUNHA, Luiz Antônio. As políticas educacionais entre o presidencialismo imperial e o presidencialismo de coalizão. In.: FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade (Organizadoras). *Crise da escola e políticas educativas*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MAIA, Marilene. Gestão Social – Reconhecendo e construindo referenciais. In.: *Revista Virtual Textos & Contextos*. Nº 4, ano IV, dez. 2005. Acesso em 12.07.2011

MST/ITERRA, *Dossiê MST Escola: Documentos e Estudos 1990-2001* – Caderno de Educação n. 13. 2 ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. The civil society, between the political-estatist and the managerial universe. Rev. Bras. Ci. Soc., São Paulo, v.18, n.52, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-092003000200010&In=en&nrm=iso> acesso em: 14 de Julho 2007. Pré-publicação.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Política Educativa, crise da escola e a promoção da justiça social. In.: FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade (Organizadoras). *Crise da escola e políticas educativas*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009